NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 05/07/2013 - Edição Nº850

# Trabalhadores de Transporte de Valores de Campina Grande (PB) garantem reajuste salarial e 30% de risco de vida/periculosidade

Os trabalhadores de Transporte de Valores de Campina Grande (Pb) garantiram, com a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) realizada na última semana de junho, o adicional de 30% de risco de vida/periculosidade, reajuste salarial de 6% e vale alimentação no valor de R$140,00. Também faz parte da conquista dos vigilantes a gratificação do fiel que passa de 8 para 12%.

A conquista dos 30% reafirma a necessidade de cumprimento da Lei 12.740/2012, sancionada em dezembro passado pela presidente Dilma Rousseff. É também o reconhecimento, tanto dos patrões quanto da sociedade, de que o exercício da profissão de vigilante envolve riscos e, portanto, a lei deve ser cumprida e demonstra a seriedade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela diretoria do sindicato que representa os trabalhadores da patrimonial e transporte de valores.

Participaram das reuniões o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, o coordenador geral do Sindsegur do Rio Grande do Norte, Francisco Benedito (Bené). Bené compartilhou a experiência de negociação com os patrões do RN e que garantiu reajuste de 42,88% sobre os salários dos vigilantes desarmados.

**Fonte: CNTV**

# PL da terceirização reduz salários e direitos dos trabalhadores

**O Projeto de Lei 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB- GO), representa um imenso ataque aos trabalhadores.**

Além de não resolver nenhum dos problemas atuais dos mais de 10 milhões de terceirizados no Brasil, traz para os demais 45 milhões de trabalhadores formais o risco iminente de se tornarem prestadores de serviços eventuais, em condições precarizadas. Isso porque o principal motivo da terceirização é a redução dos custos com pessoal.

## Libera terceirização para atividade-fim

As empresas poderão contratar prestadores para toda e qualquer atividade. Hoje, apesar de não haver legislação específica, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) proíbe a terceirização das atividades principais das empresas. A proposta de PL acabará com isso, desde que a

empresa contratada seja classificada como "especializada".

Por exemplo, os bancos poderão funcionar sem qualquer bancário, com caixas e gerentes fornecidos por empresas terceirizadas como profissionais especializados nessas funções, ampliando o que já ocorre nas áreas de retaguarda, processamento de documentos e tesouraria. E, obviamente, pagando salários ínfimos, jornadas maiores e sem os direitos da categoria bancária. O problema para os bancos é que a Justiça do Trabalho vem condenando esse procedimento como ilícito, prática de intermediação ilegal de mão-de-obra, mandando pagar as diferenças salariais. E a nova lei resolveria isso para os bancos.

### Estabelece a responsabilidade subsidiária. A ideia é pagar menos salários, menos direitos, sem riscos ou obrigações à empresa contratante

A PL 4330 enterra definitivamente a possibilidade do estabelecimento da responsabilidade direta e solidária entre a empresa que contrata os serviços e a prestadora. Assim, caso uma empresa terceirizada não cumpra com suas obrigações trabalhistas ou descumpra normas de saúde e segurança, a tomadora de serviços não precisará arcar de imediato com os prejuízos que o trabalhador possa vir a sofrer, como é comum, por exemplo, o não pagamento das verbas rescisórias.

### Subcontratações infinitas, PJ e o fim dos concursos públicos

A proposta autoriza a terceirização infinita, ou seja, os bancos poderão terceirizar todos os seus serviços e a empresa contratada também poderá repassar a outrem, quarteirizando e assim sucessivamente. Admite a formação de empresas prestadoras de serviços sem funcionários – a PJ, que são as empresas de uma pessoa só. Estas não têm direitos trabalhistas, como férias, salários, licenças, uma vez que se trata da relação entre empresas. Essa pessoa não pode adoecer nunca, por exemplo.

**Fim dos concursos públicos:** o PL autoriza a terceirização também na esfera pública. Portanto, ao invés de convocação por edital dos concursos públicos, a administração direta e indireta poderá recorrer a forma de contratação de prestadores de serviços.

### Legaliza os correspondentes bancários

Enquanto existem 20 mil agências bancárias no país, mais de 2 mil municípios sem qualquer agência ou Pab, já são mais de 350 mil correspondentes atuando como se fossem banco.

A PL 4330, mesmo com o conceito de atividade especializada, a pedido dos banqueiros abre a exceção para "legalizar" as controvertidas resoluções do Banco Central, que criaram a figura dos correspondentes bancários e que vem sendo contestadas no Poder Judiciário.

### Discriminação, acidentes e calote

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado sofre outros prejuízos:

- Maior rotatividade: Permanece 2,6 anos a menos no emprego do que o trabalhador contratado diretamente
- Recebe na média salários 27% a menos, sem benefícios. No caso dos bancos, essa diferença chega a 75% menos em relação aos lotéricos.
- A cada 10 acidentes de trabalho fatais, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados. Por falta de treinamento e investimentos em qualificação, a terceirização está matando os trabalhadores.

# PROPOSTAS DOS SINDICATOS DA CUT

**Para que o desenvolvimento do Brasil represente também a democratização das relações de trabalho e o fim da precarização, a CUT propõe:**

### Igualdade de direitos, condições de trabalho e salário

Os trabalhadores terceirizados e diretos devem ter as mesmas condições de trabalho e salário e os mesmos direitos previstos em Convenções e Acordos coletivos.

### Direito à informação prévia

O sindicato e os trabalhadores devem ser consultados antes de possíveis terceirizações em uma empresa.

### Penalização das empresas infratoras

A justiça deve punir duramente as empresas que retiram direitos.

### Proibição da terceirização na atividade-fim

Não se pode terceirizar postos de trabalho nas atividades que representam a natureza econômica das empresas (atividade-fim), evitando que existam empresas sem trabalhadores diretos.

### Responsabilidade solidária entre as empresas contratante e contratada

A empresa contratante deve ser responsável por todas as obrigações trabalhistas, tanto quanto a empresa prestadora de serviços.

Fonte: Contraf-CUT

# Confúcio cede à pressão de Hermínio e anuncia demissão de 2.500 pais de famílias, deixando escolas sem segurança

Governador-RO Confúcio

Em reunião emergencial realizada na tarde desta quarta-feira (03), a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Vigilância (SINTESV) debateu a dramática situação dos 2.500 vigilantes que serão demitidos em todo estado até o final de outubro. A decisão é do governador Confúcio Moura, após pressão de deputados estaduais liderados pelo presidente da Assembléia Legislativa, Hermínio Coelho.

O Sintesv considera a medida desumana, pois deixa mais de 2.500 desempregados, e irresponsável, já que o vigilante, além da segurança patrimonial, inibe a ação de marginais nas escolas e em suas proximidades. A Secretaria de Educação (Seduc) já comunicou às três empresas que prestam serviços de vigilância que haverá uma redução imediata de 25% dos postos, sendo que até o final de outubro próximo o restante será sumariamente demitido. Segundo a Seduc os vigilantes serão substituídos por monitoramento de câmeras. Há informações de que essa medida seria estendida para outras secretarias do Estado, aumentando ainda mais a dramática situação da categoria.

O Sindicato, com apoio da CUT e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), pretende fazer uma grande campanha pública para denunciar a medida, que considera prejudicial para a comunidade escolar, já que a presença de um segurança armado inibe a violência, bem como, para a sociedade como um todo, pois será mais um enorme contingente de desempregados. A outra frente de ação será a mobilização de todos esses vigilantes e seus familiares para realização de atos de protestos e atividades para denunciar para toda a população a medida governador, feita a pedido do deputado Hermínio.

O Sintesv denuncia também que está sendo realizada uma campanha apócrifa com distribuição de material impresso com supostas denúncias contra diretores do sindicato. O material está sendo entregue, coincidentemente, após o Sindicato denunciar que um deputado estadual quer colocar fim à vigilância nas escolas. O presidente da entidade, Paulo Tico, informou que já estão sendo tomadas providências, como registro de ocorrência policial e denúncia de pessoas que distribuíram o panfleto. "Nós não vamos nos intimidar e tampouco aceitar essa medida, que deixa desamparada centenas e centenas de famílias de Rondônia", afirmou o sindicalista.

**Fonte: Tudo Rondônia**

Deputado Estadual Hermínio Coelho

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF